

Fredie Didier Jr.
Leonardo Carneiro da Cunha

Curso de **DIREITO** **PROCESSUAL** **CIVIL**

Meios de Impugnação
às Decisões Judiciais e
Processo nos Tribunais

23^a

Edição

REVISTA
ATUALIZADA
AMPLIADA

2026



EDITORA
*Jus***PODIVM**

www.editorajuspodivm.com.br

3



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo

Tel: (11) 3582.5757

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPodivm

Diagramação: Luiz Fernando Romeu (lfnando_38@hotmail.com)

Capa: Ana Caquetti

D556c Didier Jr., Fredie

Curso de Direito Processual Civil - v.3 - Meios de Impugnação às Decisões Judiciais e Processo nos Tribunais / Fredie Didier Jr. e Leonardo Carneiro da Cunha – 23ª ed., rev., atual. e ampl. – São Paulo: Editora JusPodivm, 2026.

984 p.

ISBN: 978-85-442-7047-9.

1. Direito Processual Civil. 2. Decisões Judiciais. I. Didier Jr., Fredie. II. Cunha, Leonardo Carneiro da. III. Título.

CDD 341.46

BIBLIOTECÁRIA RESPONSÁVEL

Ana Carolina Ribeiro Mois – CRB7 – RJ 007348/0

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPodivm.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPodivm. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

Sumário

Nota dos autores à 23ª edição	29
Nota dos autores à 21ª edição	31
Nota dos autores à 13ª edição	33
Prefácio	37

PARTE 1 – O PROCESSO CIVIL NOS TRIBUNAIS

Capítulo 1 ► Da ordem do processo no tribunal	43
1. Generalidades	43
2. A função do regimento interno dos tribunais	44
3. Protocolo, registro e distribuição	45
4. Conexão e prevenção	48
5. Distinções: voto, julgamento, acórdão e ementa	50
5.1. Modelos de deliberações em órgãos colegiados: <i>seriatim</i> e <i>per curiam</i>	50
5.2. O voto vencido e a sua função em um sistema de precedentes vinculantes	53
5.3. Decisões plurais e voto concorrente	54
5.4. Fundamentação do voto e fundamentação do acórdão. As decisões plurais. Funda- mentação per relationem	55
5.5. A ementa	56
5.6. Lavratura do acórdão e publicação	58
6. A tutela provisória nos tribunais	61
7. A produção de prova em tribunal	63
8. Relator	66
8.1. Generalidades	66
8.2. Poderes do relator	67
8.2.1. Generalidades	67
8.2.2. Poderes ordinatórios	68
8.2.3. O dever geral de correção de defeitos processuais em tribunal (art. 938, §§ 1º e 2º, CPC)	69
8.2.4. Poder instrutório	70
8.2.5. Poderes decisórios	70
8.2.5.1. Homologar autocomposição	70
8.2.5.2. Decidir requerimento de tutela provisória	71

8.2.5.3.	Decidir requerimento de concessão de gratuidade da justiça, bem como o pedido de sua revogação	71
8.2.5.4.	Proceder ao juízo de admissibilidade dos recursos	71
8.2.5.4.1.	Generalidades.....	71
8.2.5.4.2.	Dever geral de prevenção.....	72
8.2.5.5.	Proceder ao juízo de mérito dos recursos	76
8.2.5.6.	Decisões finais em processos de competência originária.....	78
8.2.5.7.	Decisões de conteúdo interlocutório.....	79
9.	Proibição de decisão-surpresa em tribunal.....	80
10.	O julgamento.....	83
10.1.	A colegialidade como regra	83
10.2.	Sessões de julgamento eletrônico no Poder Judiciário. A Resolução n. 591/2024 do Conselho Nacional de Justiça.....	84
10.3.	Convocação de outros juízes para a composição do quorum do julgamento	92
10.4.	Da ordem de julgamento, inclusão e publicação da pauta	93
10.5.	Sustentação oral.....	96
10.5.1.	Generalidades.....	96
10.5.2.	Hipóteses em que se admite e em que não se admite sustentação oral	97
10.5.3.	O momento para a apresentação da sustentação oral	101
10.5.4.	A publicidade como meio de viabilizar a sustentação oral	102
10.5.5.	Requerimento de sustentação oral	103
10.5.6.	Sustentação oral no incidente de resolução de demandas repetitivas	104
10.5.7.	Sustentação oral por videoconferência	104
10.5.8.	Negócios processuais sobre sustentação oral.....	105
10.5.9.	Sustentação oral <i>versus</i> esclarecimento de fato.....	106
10.6.	Pedido de vista. A Resolução n. 202/2015 do Conselho Nacional de Justiça	107
10.7.	Votação própria para o juízo de admissibilidade e para cada um dos pedidos cumulados. A definição dos fundamentos determinantes	108
10.8.	Ampliação do colegiado em caso de divergência	112
10.8.1.	Generalidades.....	112
10.8.2.	Natureza jurídica da ampliação do colegiado e repercussões práticas de sua definição	113
10.8.3.	Observância do juiz natural.....	117
10.8.4.	Ampliação do julgamento na apelação	119
10.8.5.	Ampliação do julgamento no agravo de instrumento.....	120
10.8.6.	Ampliação do julgamento em embargos de declaração	123
10.8.7.	Ampliação do julgamento no agravo interno em apelação ou em agravo de instrumento	124
10.8.8.	Ampliação do julgamento na ação rescisória.....	126
10.8.9.	Embargos de declaração contra acórdão proferido por órgão com composição ampliada.....	128
10.8.10.	Ampliação do colegiado em mandado de segurança.....	129

10.8.11. Casos em que não se aplica a ampliação da composição	130
10.8.12. Direito intertemporal na ampliação da composição	131
10.9. A dispersão de votos (ausência de maioria). O voto-médio	133
10.10. Proclamação do resultado	135
10.11. Modificação de voto	136

PARTE 2 – RECURSOS

Capítulo 2 ► Teoria e parte geral dos recursos	141
1. Conceito de recurso	141
2. Meios de impugnação de decisões judiciais	143
3. O princípio do duplo grau de jurisdição	144
3.1. Constitucionalidade do princípio	144
3.2. Conteúdo essencial do duplo grau	145
3.3. Duplo grau vertical e duplo grau horizontal	147
3.4. Críticas ao duplo grau de jurisdição	147
3.5. Limitações ao duplo grau	149
4. Classificação dos recursos	150
4.1. Quanto à extensão da matéria: recurso parcial e recurso total	150
4.2. Quanto à fundamentação: fundamentação livre e fundamentação vinculada	153
5. Atos sujeitos a recurso e recursos em espécie	153
6. Desistência do recurso	156
7. Renúncia ao direito de recorrer e aquiescência à decisão	162
8. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito do recurso	164
8.1. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito: distinção	164
8.2. Generalidades sobre o juízo de admissibilidade	165
8.3. Objeto do juízo de admissibilidade	166
8.3.1. Consideração introdutória	166
8.3.2. Cabimento	167
8.3.2.1. Generalidades	167
8.3.2.2. Princípio da fungibilidade dos recursos	167
8.3.2.3. Regra da unicidade, unirrecorribilidade ou singularidade	169
8.3.2.4. Regra da taxatividade	170
8.3.3. Legitimidade	170
8.3.3.1. Parte	171
8.3.3.2. Recurso do assistente simples	171
8.3.3.3. <i>Amicus curiae</i>	172
8.3.3.3.1 Generalidades	172

8.3.3.3.2	Legitimidade recursal do <i>amicus curiae</i> contra acórdão de repercussão geral. Decisão do STF	173
8.3.3.4.	Terceiro.....	174
8.3.3.5.	Ministério Público	176
8.3.4.	Interesse.....	177
8.3.4.1.	Generalidades	177
8.3.4.2.	Interesse recursal eventual.....	178
8.3.4.3.	Interesse recursal e fundamentação da decisão recorrida.....	178
8.3.4.3.1.	Generalidades.....	178
8.3.4.3.2.	Embargos de declaração	179
8.3.4.3.3.	Coisa julgada <i>secundum eventum probationis</i>	179
8.3.4.3.4.	Extensão da coisa julgada à resolução da questão prejudicial incidental.....	179
8.3.4.3.5.	Formação do precedente obrigatório.....	180
8.3.5.	Inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer.....	182
8.3.6.	Tempestividade.....	182
8.3.7.	Regularidade formal. A regra da dialeticidade dos recursos	190
8.3.8.	Preparo	191
8.3.8.1.	Generalidades	191
8.3.8.2.	Problemas relacionados ao preparo	193
8.3.8.2.1.	Preparo insuficiente	194
8.3.8.2.2.	Ausência de preparo	196
8.3.8.2.3.	Relevação da deserção	197
8.3.8.3.	Sujeitos dispensados do preparo.....	198
8.3.8.4.	Recursos que dispensam o preparo.....	199
8.4.	Natureza jurídica do juízo de admissibilidade.....	200
8.5.	Juízo de mérito.....	203
8.5.1.	Conceito de mérito do recurso	203
8.5.2.	A causa de pedir recursal: o <i>error in procedendo</i> e o <i>error in iudicando</i>	204
8.5.3.	Cumulação de pedidos no recurso	206
8.5.4.	Julgamento rescindente e julgamento substitutivo. O efeito substitutivo dos recursos.....	208
9.	Trânsito de técnicas processuais entre os procedimentos recursais	209
10.	Princípio da proibição da <i>reformatio in pejus</i> . Vedação ao “benefício comum” do recurso.....	210
11.	Efeitos dos recursos.....	212
11.1.	Impedimento ao trânsito em julgado	212
11.2.	Efeito suspensivo	212
11.3.	Efeito devolutivo: extensão e profundidade (efeito translativo).....	214
11.4.	Efeito regressivo ou efeito de retratação.....	220
11.5.	Efeito expansivo subjetivo (extensão subjetiva dos efeitos)	220
12.	Recursos subordinados	222

12.1. Generalidades	222
12.2. O recurso adesivo	222
13. Sucumbência recursal	231
Capítulo 3 ► Apelação	239
1. Generalidades	239
1.1. Conceito e regra geral de cabimento	239
1.2. Situações excepcionais	240
1.2.1. Embargos infringentes de alçada	240
1.2.2. Sentença que decreta a falência	241
2. Apelação contra decisão interlocutória	242
2.1. Generalidades sobre a recorribilidade das decisões interlocutórias no CPC-2015	242
2.2. Premissa geral para a compreensão do art. 1.009, § 1º, CPC: a apelação contra decisão interlocutória não agravável	243
2.3. Impugnação das decisões interlocutórias não agraváveis pela parte vencida	244
2.4. Impugnação das decisões interlocutórias não agraváveis pela parte vencedora	247
2.4.1. Generalidades: a apelação do vencedor prevista no § 1º do art. 1.009 do CPC e a preclusão das decisões interlocutórias não agraváveis a ele desfavoráveis	247
2.4.2. A apelação do vencedor como espécie de recurso subordinado. Distinção entre a apelação subordinada do vencedor e o recurso adesivo	248
2.4.3. A apelação do vencedor como espécie de recurso condicionado. Procedimento de julgamento	252
2.4.4. Interposição de apelação autônoma pelo vencedor: aplicação da instrumentalidade das formas	254
3. Regularidade formal e prazo	255
4. Efeitos	257
4.1. Efeito devolutivo	257
4.1.1. Generalidades	257
4.1.2. Questão prejudicial incidental resolvida e efeito devolutivo da apelação	260
4.1.3. Acordo de organização do processo (art. 357, § 2º, CPC) e profundidade do efeito devolutivo da apelação	260
4.1.4. Apelação nos casos de improcedência liminar do pedido	261
4.2. Efeito suspensivo	263
4.2.1. Regra geral e as hipóteses em que a apelação não tem efeito suspensivo automático (art. 1.012, § 1º, CPC)	263
4.2.1.1. Generalidades	263
4.2.1.2. Hipóteses em que a apelação não tem efeito suspensivo automático	264
4.2.2. Modo para requerer efeito suspensivo à apelação (art. 1.012, §§ 3º e 4º)	269
4.3. Efeito de retratação	271
5. Alegação nova de fato e alegação de fato novo em apelação	271
6. Procedimento	273

6.1.	Procedimento da apelação perante o juízo <i>a quo</i>	273
6.2.	Procedimento da apelação no tribunal	275
7.	Julgamento do mérito diretamente pelo tribunal (art. 1.013, § 3º, CPC).....	275
7.1.	Generalidades	275
7.2.	Hipóteses de aplicação da regra.....	278
7.2.1.	Sentença de conteúdo processual (art. 1.013, § 3º, I, CPC).....	278
7.2.2.	Sentença que violou a regra da congruência (art. 1.013, § 3º, II, CPC).....	280
7.2.3.	Sentença que não examinou um pedido (art. 1.013, § 3º, III, CPC).....	280
7.2.4.	Sentença sem fundamentação (art. 1.013, § 3º, IV, CPC)	282
Capítulo 4 ► Agravo de instrumento		283
1.	Generalidades.....	283
1.1.	Breve histórico legislativo	283
1.1.1.	Os agravos no CPC-1939.....	283
1.1.2.	Os agravos no CPC-1973.....	285
1.1.3.	As mudanças operadas pela Lei n. 9.139/1995.....	286
1.1.4.	As modificações da Lei n. 10.352/2001	286
1.1.5.	As mudanças da Lei n. 11.187/2005	287
1.1.6.	O agravo de instrumento no CPC-2015	287
1.2.	Cabimento	288
1.2.1.	Decisões interlocutórias agraváveis.....	289
1.2.2.	Decisões interlocutórias não agraváveis	289
1.2.3.	Decisão que decreta a falência	289
1.2.4.	Decisão que julga a fase de liquidação de sentença.....	290
2.	Decisões agraváveis	291
2.1.	Taxatividade das hipóteses de agravo de instrumento na fase de conhecimento	291
2.2.	Taxatividade e interpretação extensiva	292
2.3.	A “taxatividade mitigada” do rol do <i>caput</i> do art. 1.015: o posicionamento da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça	294
2.4.	Hipóteses típicas (art. 1.015, <i>caput</i> , CPC).....	297
2.4.1.	Tutela provisória (art. 1.015, I, CPC).....	298
2.4.2.	Decisão de mérito (art. 1.015, II, CPC)	299
2.4.2.1.	Generalidades	299
2.4.2.2.	Decisão que aplica multa processual	301
2.4.2.3.	A decisão que indefere uma das provas em produção antecipada de prova	302
2.4.3.	Decisão que rejeita alegação de convenção de arbitragem (art. 1.015, III, CPC).....	302
2.4.3.1.	Generalidades	302
2.4.3.2.	Decisão que versa sobre competência.....	303

2.4.3.3.	Decisão interlocutória que nega eficácia a negócio jurídico processual.....	304
2.4.3.4.	Decisão do juízo arbitral sobre sua competência.....	305
2.4.4.	Decisão que resolve o incidente de desconsideração da personalidade jurídica (art. 1.015, IV, CPC).....	306
2.4.5.	Decisão sobre gratuidade da justiça (art. 1.015, V, CPC).....	306
2.4.6.	Decisão sobre exibição ou posse de documento ou coisa (art. 1.015, VI, CPC).....	308
2.4.7.	Decisão que exclui litisconsorte (art. 1.015, VII, CPC).....	308
2.4.8.	Decisão que rejeita pedido de limitação do litisconsórcio (art. 1.015, VIII, CPC).....	310
2.4.9.	Decisão que admite ou inadmite intervenção de terceiros (art. 1.015, IX, CPC).....	311
2.4.9.1.	Generalidades.....	311
2.4.9.2.	Regra não aplicável à intervenção do <i>amicus curiae</i> , cujo deferimento é irrecorrível (art. 138, CPC).....	311
2.4.10.	Decisão que concede, modifica ou revoga o efeito suspensivo aos embargos à execução (art. 1.015, X, CPC).....	312
2.4.11.	Decisão sobre a redistribuição do ônus da prova nos termos do art. 373, § 1º (art. 1.015, XI, CPC).....	313
2.4.12.	Outros casos previstos em lei.....	315
2.5.	A atipicidade do cabimento de agravo de instrumento contra decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação, cumprimento de sentença, execução, falência e recuperação judicial, e no processo de inventário e partilha (art. 1.015, par. ún., CPC).....	316
2.6.	A recorribilidade das decisões interlocutórias no processo da ação popular.....	317
2.7.	A recorribilidade das decisões interlocutórias no processo da ação de improbidade administrativa.....	318
2.8.	O problema do “protesto por nulidade” (art. 278, CPC).....	319
2.9.	O problema da decisão de saneamento (art. 357, § 1º, CPC).....	320
2.10.	O problema das decisões interlocutórias não agraváveis anteriores e o agravo de instrumento contra decisão parcial.....	322
3.	Regularidade formal e prazo.....	324
3.1.	Generalidades.....	324
3.2.	Agravo de instrumento em autos eletrônicos.....	326
3.3.	Agravo de instrumento em autos de papel.....	327
3.3.1.	Cópias obrigatórias (art. 1.017, I, CPC).....	327
3.3.2.	Desnecessidade de autenticação das cópias obrigatórias.....	330
3.3.3.	Ausência de cópias obrigatórias. Intimação para regularização. Consequências.....	330
3.3.4.	Modos de interposição do agravo de instrumento.....	331
3.3.5.	Comprovação da interposição do agravo de instrumento (art. 1.018, CPC).....	332
4.	Procedimento do agravo de instrumento.....	335
5.	Aplicação do art. 1.013, § 3º, CPC, ao agravo de instrumento.....	337

6. Extinção do processo em julgamento de agravo de instrumento.....	338
7. Agravo de instrumento pendente e superveniência de sentença.....	340

Capítulo 5 ► **Embargos de declaração.....347**

1. Generalidades e cabimento	348
2. Fundamentação vinculada.....	348
2.1. Noções gerais.....	348
2.2. Erro material.....	349
2.3. Contradição.....	350
2.4. Omissão	351
2.4.1. Generalidades.....	351
2.4.2. Presunção de omissão: ausência de manifestação sobre o julgamento de casos repetitivos ou de assunção de competência.....	353
2.4.3. Presunção de omissão: violação do § 1º do art. 489, do CPC.....	356
2.4.4. Omissão na definição da regra de transição (modulação).....	357
2.5. Obscuridade.....	357
2.6. Decisão <i>ultra</i> e <i>extra petita</i> – jurisprudência.....	358
2.7. Ausência de requisitos extrínsecos de admissibilidade do recurso – art. 897-A, CLT...358	
2.8. Fim da previsão dos embargos em caso de dúvida nos Juizados Especiais (art. 48, Lei 9.099/1995).....	359
2.9. Adequação do julgamento a precedente obrigatório	360
3. Decisões embargáveis	361
3.1. Qualquer decisão (art. 1.022, <i>caput</i> , CPC)	361
3.2. Embargos de declaração contra decisão que julga anteriores embargos.....	363
3.3. Embargos de declaração contra decisão proferida em processo administrativo.....	364
4. Dispensa de preparo	365
5. Prazo	365
5.1. Regra geral: cinco dias.....	365
5.2. Aplicação da dobra de prazo no caso de litisconsortes com advogados diferentes (art. 1.023, § 1º, CPC).....	365
5.3. Processo eleitoral: 3 dias (art. 275, Código Eleitoral).....	366
6. Embargos de declaração e preclusão	366
7. Regularidade formal dos embargos de declaração	367
8. Natureza da decisão que julga os embargos de declaração	368
9. Competência.....	370
9.1. Órgão prolator da decisão embargada (art. 1.024, CPC).....	370
9.2. Inclusão em pauta, caso não sejam julgados na sessão subsequente (art. 1.024, § 1º).....	371
10. Fungibilidade com o agravo interno: necessidade de intimação para ajustar as razões (art. 1.024, § 3º)	372
11. Efeito devolutivo	372
12. Efeito de interromper o prazo para outros recursos (art. 1.026), para qualquer das partes....	374

12.1. Generalidades	374
12.2. A não interrupção do prazo para oposição, pela parte contrária, de embargos de declaração contra a decisão original.....	375
12.3. Fim da discussão no âmbito dos Juizados Especiais (art. 50, Lei 9.099/1995).....	376
12.4. O efeito interruptivo dos embargos de declaração no processo eleitoral (art. 275, Código Eleitoral).....	377
13. Efeito suspensivo.....	377
13.1. Regra	377
13.2. Possibilidade de requerimento de efeito suspensivo nos próprios embargos de declaração (art. 1.026, § 1º)	378
14. Efeito modificativo.....	379
14.1. Generalidades	379
14.2. Necessidade de contrarrazões (art. 1.023, § 2º; art. 897-A, § 2º, CLT)	380
14.3. Regra da complementaridade do recurso já interposto (art. 1.024, § 4º, CPC)	381
14.4. Desnecessidade de ratificação	381
15. Embargos inadmissíveis e produção de efeitos. Regra geral e o art. 897-A, § 3º, CLT.....	383
16. Embargos de declaração protelatórios.....	383
16.1. Generalidades	383
16.2. Multa não excedente a dois por cento do valor atualizado da causa.....	384
16.3. Na reiteração, elevação da multa, condicionado novo recurso ao depósito da multa.....	385
16.4. Exceção: beneficiário da gratuidade e a Fazenda Pública	387
16.5. Não permissão de terceiros embargos, após os dois primeiros terem sido considerados protelatórios	388
16.6. Embargos de declaração protelatórios no processo eleitoral.....	389
17. Embargos de declaração e pré-questionamento	390
17.1. Generalidades. Consagração do pré-questionamento ficto – superação do enunciado n. 211 da súmula do STJ e do entendimento mais recente do STF (art. 1.025, CPC)	390
17.2. Embargos de declaração com finalidade de pré-questionamento não têm caráter protelatório (súmula do STJ, n. 98).....	392
18. Embargos de declaração e ordem cronológica: art. 12, § 1º, V, CPC.....	393
19. Embargos de declaração e <i>amicus curiae</i>	393
20. Controle de constitucionalidade e o julgamento dos embargos de declaração.....	395
Capítulo 6 ► Agravo Interno	397
1. Generalidades e cabimento	397
2. Prazo	400
3. Dispensa de preparo, regularidade formal e contrarrazões	401
4. Procedimento de julgamento.....	402
5. Agravo interno <i>manifestamente</i> inadmissível ou <i>manifestamente</i> improcedente	403
6. Agravo interno e a regra de respeito à ordem cronológica de conclusão	405
7. Agravo interno e embargos de declaração	406

Capítulo 7 ► Recurso ordinário constitucional.....	407
1. Hipóteses de cabimento.....	407
2. Regime jurídico.....	408
3. Efeitos do recurso ordinário. Medida destinada a obtenção de efeito suspensivo.....	410
4. Interposição de recurso extraordinário no lugar do ordinário. Fungibilidade. Primazia do exame do mérito.....	411
5. Procedimento.....	413
6. Recurso ordinário constitucional para o STF.....	415
7. Recurso ordinário constitucional para o STJ.....	416
7.1. Recurso ordinário constitucional em mandado de segurança.....	416
7.2. Recurso ordinário constitucional em causas internacionais.....	417
7.2.1. Interposição de apelação no lugar do recurso ordinário. Fungibilidade. Primazia do exame do mérito.....	418
7.2.2. Sucumbência recursal.....	419
 Capítulo 8 ► Recurso extraordinário e recurso especial	421
1. Características gerais.....	422
2. Efeito devolutivo restrito. Recursos de fundamentação vinculada.....	422
3. Recursos extraordinários e reexame de prova. O Tema 1.246 do Superior Tribunal de Justiça.....	422
4. Recurso excepcional e os conceitos jurídicos indeterminados.....	425
5. Recursos extraordinários e interpretação de cláusula contratual.....	426
6. Pré-questionamento.....	429
7. Exigência de prévio esgotamento das instâncias ordinárias. Proibição de recurso extraordinário ou especial <i>per saltum</i>	433
8. Recursos extraordinário e especial contra provimentos de urgência (Súmula do STJ, n. 86 e Súmula do STF, n. 735).....	435
9. Procedimento do recurso extraordinário e do recurso especial no tribunal local (art. 1.030, CPC).....	437
9.1. Do juízo provisório exercido pelo presidente ou vice-presidente do tribunal local.....	437
9.2. A interpretação do art. 1.030 do CPC e o juízo de mérito exercido pelo presidente ou vice-presidente do tribunal local.....	438
9.3. As condutas que podem ser tomadas pelo Presidente ou Vice-Presidente do tribunal local.....	441
9.4. O art. 1.030 do CPC e a possibilidade de superação do entendimento dos tribunais superiores.....	446
9.5. O enunciado 83 da súmula do STJ e a necessidade de sua superação.....	448
10. Primazia da decisão do mérito do recurso extraordinário ou especial (art. 1.029, § 3º, CPC).....	451
11. Efeito suspensivo.....	454
12. Profundidade do efeito devolutivo dos recursos excepcionais.....	456

12.1. Generalidades. O art. 1.034, CPC, e o n. 456 da súmula do STF. O exame de questões apreciáveis <i>ex officio</i> e de outras questões não enfrentadas pelo tribunal recorrido	456
12.2. As questões supervenientes. O art. 493 do CPC aplicado aos recursos extraordinários.....	460
12.3. Os enunciados 292 e 528 da súmula da jurisprudência predominante do STF e o parágrafo único do art. 1.034 do CPC.....	463
13. Preparo	467
14. Interposição simultânea de recurso especial e recurso extraordinário. O art. 1.031 do CPC. O enunciado 283 da súmula do STF. O enunciado 126 da súmula do STJ	468
14.1. Generalidades	468
14.2. Momento da interposição simultânea	471
14.3. Substitutividade compartilhada.....	473
14.4. Repercussão geral do recurso extraordinário e o enunciado 283 da súmula do STF ..	476
14.5. Processamento dos recursos extraordinários interpostos conjuntamente. Análise do art. 1.031 do CPC.....	478
15. Recurso especial	480
15.1. Considerações gerais sobre o recurso especial	480
15.2. Cabimento com fundamento na letra “a” do inciso III do art. 105 da CF/1988	481
15.3. Cabimento com fundamento na letra “b” do inciso III do art. 105 da CF/1988	485
15.4. Cabimento com fundamento na letra “c” do inciso III do art. 105 da CF/1988	485
15.5. Regra de conversão do recurso especial em recurso extraordinário.....	488
15.6. Recurso extraordinário em julgamento de recurso especial.....	490
15.7. Controle difuso da constitucionalidade da lei federal apontada como violada	491
15.8. Recurso especial em remessa necessária.....	492
15.9. Relevância das questões de direito federal em recurso especial	493
15.9.1. A EC n. 125/2022: a exigência da relevância da questão de direito federal para a admissibilidade do recurso especial	493
15.9.2. Norma constitucional de eficácia limitada.....	494
15.9.3. Hipóteses de presunção absoluta da relevância da questão federal no recurso especial	494
15.9.4. A relevância da questão federal no recurso especial <i>versus</i> a repercussão geral no recurso extraordinário	497
15.9.5. A relevância da questão federal no recurso especial <i>versus</i> a transcendência no recurso de revista	498
15.9.6. Direito intertemporal.....	499
16. Recurso extraordinário	500
16.1. Considerações gerais	500
16.2. Cabimento com fundamento na letra “a” do inciso III do art. 102 da CF/1988	502
16.2.1. Generalidades.....	502
16.2.2. O problema da ofensa reflexa. Conversão do recurso extraordinário em recurso especial	502
16.3. Cabimento com fundamento na letra “b” do inciso III do art. 102 da CF/1988	507

16.4.	Cabimento com fundamento na letra “c” do inciso III do art. 102 da CF/1988.....	508
16.5.	Cabimento com fundamento na letra “d” do inciso III do art. 102 da CF/1988.....	509
16.6.	Recurso extraordinário contra julgamento que contraria tratado internacional sobre direitos fundamentais	510
16.7.	A repercussão geral	511
16.7.1.	Generalidades.....	511
16.7.2.	Repercussão geral e arguição de relevância.....	512
16.7.3.	Concretização da repercussão geral	513
16.7.4.	Hipóteses de presunção legal absoluta de repercussão geral.....	516
16.7.5.	Julgamento eletrônico (“plenário virtual”).....	517
16.7.6.	Repercussão geral, julgamento de casos repetitivos e incidente de assunção de competência.....	520
16.7.7.	Repercussão geral, ofensa reflexa à Constituição e julgamento de casos repetitivos sobre questão processual. O julgamento virtual e o precedente vinculativo nos termos do Regimento Interno do STF	521
16.7.8.	Eficácia vinculante do precedente em repercussão geral.....	523
16.7.9.	Ausência de repercussão geral com eficácia apenas para o caso concreto ...	524
16.7.10.	Intervenção de <i>amicus curiae</i> e suspensão dos processos pendentes.....	526
16.7.11.	Requerimento de exclusão do processo da ordem de sobrestamento	528
16.8.	A “objetivação” do recurso extraordinário: o controle difuso de constitucionalidade e o sistema de precedentes obrigatórios.....	528

CAPÍTULO 9 ► Agravo em recurso especial ou extraordinário533

1.	Características gerais	533
2.	Cabimento.....	534
3.	Agravo em recurso especial ou extraordinário com fundamento em mais de uma hipótese admissibilidade	535
4.	Dispensa de preparo	536
5.	Procedimento	536
5.1.	Interposição, prazo e contraditório	536
5.2.	Juízo de retratação.....	537
5.3.	Remessa à Corte Superior.....	537
6.	Aplicação do regime de julgamento de casos repetitivos	538
7.	Julgamento.....	539
8.	Interposição conjunta de recursos extraordinário e especial.....	540

CAPÍTULO 10 ► Embargos de divergência.....541

1.	Conceito e objetivos dos embargos de divergência	541
2.	Hipóteses de cabimento.....	542
3.	Necessidade de a divergência ser atual e sua comprovação (confronto analítico).....	548
4.	Procedimento	551
5.	Causa de pedir e pedido nos embargos de divergência.....	554
6.	Dever de fundamentação na inadmissibilidade dos embargos de divergência.....	555

7. Interrupção do prazo para interposição de recurso extraordinário.....	555
8. Embargos de divergência repetitivos.....	556

Capítulo 11 ► **Remessa necessária**557

1. Terminologia	557
2. Noções históricas	557
3. Natureza jurídica	561
4. Hipóteses de Cabimento	566
4.1. Decisão de mérito proferida contra a Fazenda Pública	566
4.2. Remessa necessária e decisões que não resolvem o mérito	567
4.3. Remessa necessária no processo da ação popular.....	568
4.4. Remessa necessária na ação civil pública. Aplicação analógica da Lei n. 4.717/1965.....	569
4.5. Remessa necessária em processo de mandado de segurança	570
4.6. Sentença que acolhe embargos à execução fiscal	571
4.7. Sentença proferida em processo no qual a Fazenda Pública figura como assistente simples do réu.....	572
4.8. Remessa necessária e sentença arbitral.....	573
4.9. Pressuposto negativo de admissibilidade da remessa necessária.....	573
4.10. A remessa necessária e as decisões interlocutórias não agraváveis. Aplicação do § 1º do art. 1.009 do CPC à remessa necessária.....	574
5. Remessa necessária e a extensão da coisa julgada à questão prejudicial incidental	575
6. Procedimento	575
7. Tutela provisória na remessa necessária.....	577
8. Dispensa da remessa necessária	578
8.1. Hipóteses de dispensa da remessa necessária previstas no CPC e na legislação extravagante. Valor da condenação ou do direito controvertido. Súmulas (judiciais e administrativas). Precedentes obrigatórios. Entendimentos vinculantes.....	578
8.2. Hipóteses de dispensa da remessa necessária no mandado de segurança.....	582
8.3. Dispensa da remessa por negócio processual.....	582
9. A necessidade de determinação da remessa necessária pelo Juiz. meios de impugna- ção contra a dispensa da determinação	583
10. Aplicação do § 3º do art. 1.013 ao julgamento da remessa necessária	584

PARTE 3 – AÇÕES DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DE TRIBUNAL E QUERELA NULLITATIS

Capítulo 12 ► **Ação rescisória**.....589

1. Generalidades.....	589
2. Decisão rescindível.....	591
2.1. Decisão interlocutória, sentença, decisão de membro de tribunal ou acórdão	591
2.2. Decisão de inadmissibilidade (art. 966, § 2º).....	593

2.2.1.	Generalidades.....	593
2.2.2.	Decisões de inadmissibilidade que impedem a repropositura da demanda (art. 966, § 2º, I).....	593
2.2.3.	Decisões de inadmissibilidade que impedem o conhecimento de recurso (art. 966, § 2º, II).....	596
2.3.	Decisão que aplica sanção processual e decisão sobre as verbas da sucumbência.....	597
2.4.	Decisões que homologam autocomposição.....	598
2.5.	Decisão que homologa partilha amigável	599
2.6.	Decisão que julga a liquidação de sentença	601
2.7.	Decisão que extingue a execução.....	602
2.8.	Rescisória de rescisória.....	603
2.9.	Rescisória parcial (art. 966, § 3º, CPC)	604
2.10.	Rescisória de questão prejudicial incidental.....	605
2.11.	Tutela provisória estabilizada.....	605
2.12.	Juizados Especiais. O tema 100 da repercussão geral do STF	606
2.13.	Jurisdição voluntária	609
2.14.	A decisão <i>citra petita</i> . A OJ 41 da SBDI-2 do TST. Superação do enunciado 453 da súmula do STJ	610
2.15.	Incidentes processuais.....	611
2.16.	Casos de <i>querela nullitatis</i>	612
2.17.	O enunciado n. 514 da súmula do Supremo Tribunal Federal	613
2.18.	Decisão rescindenda e trânsito em julgado superveniente	614
2.19.	A ação rescisória e a ação “anulatória” do § 4º do art. 966 do CPC	614
2.19.1.	Nota introdutória. Premissas para a compreensão do problema	614
2.19.2.	Análise dogmática do § 4º do art. 966	616
2.19.2.1.	Generalidades e duas primeiras impropriedades técnicas	616
2.19.2.2.	Atos de disposição de direitos homologados pelo juízo.....	617
2.19.2.3.	Atos homologatórios praticados no curso da execução.....	619
3.	Legitimidade	620
3.1.	Ativa.....	620
3.1.1.	Parte no processo originário ou seu sucessor a título singular ou universal..	620
3.1.2.	Terceiro juridicamente interessado	620
3.1.3.	Ministério Público	622
3.1.4.	Aquele que não foi ouvido no processo em que lhe era obrigatória a intervenção.....	622
3.2.	Passiva	623
3.3.	Correção das legitimidades ativa e passiva.....	625
4.	Competência para processar e julgar a ação rescisória	626
4.1.	Generalidades	626
4.2.	A competência para julgar rescisória contra decisão de juiz federal proferida nas causas internacionais do inciso II do art. 109 da Constituição Federal.....	630
4.3.	Ação rescisória de capítulo da decisão	631
4.4.	Incompetência, primazia da decisão de mérito e o § 5º do art. 968 do CPC.....	631

5. O prazo para ajuizamento da ação rescisória	634
5.1. Natureza: prazo de decadência legal.....	634
5.2. Regra geral.....	635
5.3. Prazo especial: ação rescisória relativa a processos que digam respeito a transferência de terras públicas rurais (art. 8º-C, Lei n. 6.739/1979).....	636
5.4. Termo inicial em caso de desistência do recurso	637
5.5. Contagem do prazo. A ação rescisória e a coisa julgada parcial	638
5.6. Prazo para a ação rescisória e juízo de inadmissibilidade do recurso	641
5.7. Regras especiais de contagem do prazo da ação rescisória.....	642
5.7.1. Contagem de prazo na ação rescisória por prova nova (art. 975, § 2º)	642
5.7.2. Contagem de prazo na ação rescisória em razão de simulação ou fraude à lei (art. 975, § 3º)	643
5.7.3. Regra de contagem de prazo de ação rescisória no caso de decisão que contrarie entendimento do STF sobre a constitucionalidade de lei ou ato normativo	643
5.7.3.1. Hipótese de rescindibilidade.....	644
5.7.3.2. Momento da decisão do STF	645
5.7.3.3. Termo inicial do prazo para a ação rescisória	646
5.7.3.4. Modulação dos efeitos da decisão paradigma proferida pelo STF	647
5.7.3.5. Aplicação da regra especial às decisões que regulam relação jurídica permanente ou relação jurídica de trato continuado	648
5.7.3.6. Direito transitório	650
6. Hipóteses de rescindibilidade	651
6.1. Generalidades	651
6.2. A causa de pedir na ação rescisória.....	652
6.3. Hipóteses.....	654
6.3.1. Decisão produto de prevaricação, concussão ou corrupção.....	654
6.3.2. Impedimento do juiz.....	658
6.3.3. Incompetência absoluta do juízo.....	659
6.3.3.1. Generalidades.....	659
6.3.3.2. Possibilidade de pedido de rejugamento da causa.....	659
6.3.3.3. Rescisória por incompetência absoluta, princípio da boa-fé processual e regramento da incompetência no CPC	661
6.3.4. Dolo ou coação da parte vencedora em detrimento da parte vencida	662
6.3.4.1. Generalidades	662
6.3.4.2. Decisão resultante de outros comportamentos contrários à boa-fé objetiva. Precedente do Superior Tribunal de Justiça	664
6.3.5. Simulação ou colusão das partes.....	666
6.3.6. Ofensa à coisa julgada	670
6.3.6.1. Generalidades	670
6.3.6.2. Conflito entre coisas julgadas.....	670
6.3.7. Manifesta violação a norma jurídica	672

6.3.7.1.	Generalidades	672
6.3.7.2.	Princípio da legalidade	675
6.3.7.3.	Texto <i>versus</i> norma jurídica	677
6.3.7.4.	Normas individuais e gerais: o sentido do termo “norma jurídica” no inciso V do art. 966 do CPC	678
6.3.7.5.	O que é uma “manifesta violação” à norma jurídica?	680
6.3.7.5.1.	Generalidades.....	680
6.3.7.5.2.	O n. 343 da súmula do STF.....	681
6.3.7.5.3.	Violação manifesta à norma jurídica e direito à distinção.....	683
6.3.7.5.4.	Ação rescisória contra acórdão que decidiu incidente de formação concentrada de precedente obrigatório: ônus de fundamentação para incluir razões para a superação do precedente.....	684
6.3.7.5.5.	Ação rescisória contra decisão que contraria a modulação de efeitos de um precedente.....	686
6.3.7.6.	O inciso V do art. 966 <i>versus</i> o § 15 do art. 525 e o § 8º do art. 535 do CPC.....	686
6.3.8.	Prova falsa	689
6.3.8.1.	Generalidades	689
6.3.8.2.	Decisão lastreada em prova ilícita que não seja falsa	690
6.3.9.	Prova nova.....	691
6.3.9.1.	Generalidades	691
6.3.9.2.	O sentido da expressão “prova nova”	693
6.3.9.3.	Comprovação do momento da descoberta da prova nova	694
6.3.9.4.	Referência a fatos controvertidos no processo originário. Impossibilidade de o revel ajuizar ação rescisória fundada em prova nova.....	695
6.3.9.5.	Suficiência da prova nova para alterar a conclusão do julgado rescindendo	696
6.3.10.	Erro de fato	696
7.	Aspectos do procedimento da ação rescisória	699
7.1.	Petição inicial, improcedência liminar do pedido	699
7.2.	Depósito obrigatório.....	701
7.3.	Valor da causa	705
7.4.	Prazo de resposta do réu.....	706
7.5.	Revelia na ação rescisória.....	707
7.6.	Audiência preliminar de mediação ou conciliação. A autocomposição em ação rescisória.....	708
7.7.	Reconvenção na ação rescisória.....	708
7.8.	Produção de provas na ação rescisória	709
7.9.	Intervenção do Ministério Público	711

7.10. Suspensão da execução da decisão rescindenda e tutela provisória na ação rescisória	711
7.11. Tutela provisória de evidência na ação rescisória	713
8. Procedimento para o julgamento. O <i>iudicium rescindens</i> e o <i>iudicium rescissorium</i>	714
9. Eficácia temporal do julgamento rescindente	717
9.1. Generalidades	717
9.2. A decisão do STF sobre a modulação de efeitos da ação rescisória fundada no art. 525, §15, ou no art. 535, §8º, CPC.	719
10. Recursos na ação rescisória	720
11. Execução na ação rescisória	721
Capítulo 13 ► Reclamação	723
1. Breve histórico da reclamação e sua evolução no Brasil	723
2. Fundamentos da reclamação	724
2.1. Aspectos constitucionais	724
2.2. A teoria dos poderes implícitos e a teoria da reserva legal	726
2.3. A previsão da reclamação em outras leis	727
2.4. O papel dos regimentos internos dos tribunais	728
3. Natureza jurídica	728
3.1. Generalidades	728
3.2. Entendimento do STF a respeito da natureza jurídica da reclamação	732
3.3. Consequências da definição da natureza jurídica da reclamação	733
3.3.1. Requisitos da petição inicial e capacidade postulatória	733
3.3.2. Decisão apta a formar coisa julgada	733
3.3.3. Custas e honorários advocatícios na reclamação	734
3.4. Cabimento da reclamação em todos os tribunais	736
3.5. Cabimento da reclamação contra decisão do próprio tribunal	736
4. Reclamação e decisão transitada em julgado	737
5. Hipóteses de cabimento da reclamação (demanda típica, de fundamentação vinculada)	738
5.1. Generalidades	738
5.2. Reclamação para preservação de competência do tribunal	739
5.3. Reclamação para garantir a autoridade da decisão do tribunal	743
5.3.1. Generalidades	743
5.3.2. Reclamação contra ato que desrespeitou enunciado de súmula vinculante do STF	747
5.3.3. Reclamação para garantir a observância de decisão do Supremo Tribunal Federal proferida em controle concentrado de constitucionalidade	751
5.3.3.1. Generalidades. A chamada “transcendência dos motivos determinantes”	751
5.3.3.2. Reclamação 4.374/PE do STF. A possibilidade de reclamação para revisar decisão proferida em ação declaratória de constitucionalidade	754

5.3.4.	Reclamação para garantir a observância de precedente proferido em incidente de resolução de demandas repetitivas ou em incidente de assunção de competência.....	755
5.3.5.	Reclamação para garantir a observância de precedente proferido em julgamento de recurso especial ou extraordinário repetitivo (art. 988, §5º, II, CPC).....	759
5.3.6.	Reclamação contra decisões em Juizados Especiais Cíveis. Revogação da Resolução n. 12/2009-STJ pela Resolução 03/2016 do STJ	763
5.4.	A reclamação como instrumento para realização da distinção	766
5.5.	A reclamação como instrumento para interpretação da decisão do tribunal.....	767
6.	Legitimidade para a reclamação	768
6.1.	Legitimidade ativa.....	768
6.1.1.	Generalidades.....	768
6.1.2.	Capacidade processual do Ministério Público estadual para ajuizar reclamação perante tribunal superior.....	769
6.2.	Legitimidade passiva e intervenção do interessado	771
7.	Procedimento da reclamação.....	772
7.1.	Previsão legal.....	772
7.2.	Processo documental (prova pré-constituída).....	773
7.3.	Requisitos da petição inicial.....	774
7.4.	Prevenção do relator	774
7.5.	Indeferimento da petição inicial ou julgamento de improcedência liminar do pedido pelo relator	775
7.6.	Tutela provisória na reclamação	776
7.7.	Reclamação repetitiva	777
7.8.	Prazo para ajuizamento da reclamação.....	778
7.9.	Relação entre recurso e reclamação (art. 988, § 6º, CPC).....	779
7.10.	Intervenção do Ministério Público na reclamação.....	779
8.	Decisão que julga a reclamação.....	783
9.	Eficácia imediata e posterior lavratura do acórdão	784
10.	Recursos na reclamação.....	784

CAPÍTULO 14 ► **Ação de nulidade da sentença (*querela nullitatis*) 785**

1.	Generalidades.....	785
2.	Outros meios processuais para a <i>querela nullitatis</i>	788
3.	<i>Querela nullitatis</i> e ação rescisória	789
4.	Competência.....	791
5.	<i>Querela nullitatis</i> e preclusão	792

PARTE 4 – INCIDENTES DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DE TRIBUNAL

Capítulo 15 ► **Julgamento de casos repetitivos795**

1. A litigiosidade em massa e as questões de direito repetitivas. Do processo coletivo da ação coletiva ao processo coletivo do julgamento de casos (“questões”) repetitivos.....	796
2. Outros mecanismos para a solução de casos repetitivos.....	800
3. O julgamento de casos repetitivos no CPC.....	803
4. Microssistema de julgamento de casos repetitivos e sua dupla função.....	803
5. Microssistema de julgamento de casos repetitivos e o processo do trabalho.....	806
6. Parte geral que regula o julgamento de casos repetitivos.....	806
6.1. Sistema adotado: causa-piloto ou causa-modelo?.....	806
6.1.1. Generalidades.....	806
6.1.2. A opção brasileira.....	807
6.1.3. A desistência, abandono, renúncia ou transação no caso-piloto. A hipótese de causa-modelo no Direito brasileiro.....	809
6.1.4. Conclusão parcial.....	811
6.1.5. A recorribilidade e o julgamento da causa-modelo.....	811
6.1.6. Impedimento e suspeição nos incidentes de formação concentrada de precedentes obrigatórios.....	813
6.2. Regras que compõem o núcleo do microssistema de gestão e julgamento de casos repetitivos.....	814
6.2.1. Generalidades.....	814
6.2.2. Reconhecimento da conexão por afinidade, com suspensão dos processos em que a questão a ser decidida se repete.....	814
6.2.3. Exercício do direito à distinção e revogação da suspensão indevida (art. 1.037, §§ 8º a 13).....	816
6.2.4. Estímulo à desistência do processo, antes de proferida a sentença (art. 1.040, §§ 1º a 3º, CPC).....	817
6.2.5. Comunicação ao órgão, ente ou agência reguladora, no caso de questão relacionada à prestação de serviço objeto de concessão, permissão ou autorização (arts. 985, § 2º, e 1.040, IV, CPC). Comunicação da instauração e da decisão.....	818
6.2.6. Regramento do abandono (art. 976, § 1º, CPC).....	820
6.2.7. Regramento da competência para a concessão da tutela de urgência (arts. 982, § 2º, e 1.029, § 5º, III, CPC).....	820
6.2.8. Incorporação da decisão ao julgamento dos processos pendentes, sobrestados ou não (arts. 985, I, e 1.040, I e III, CPC).....	821
6.3. Microssistema de formação concentrada de precedentes obrigatórios (art. 927, CPC).....	822
6.3.1. Generalidades.....	822
6.3.2. Divulgação e publicidade.....	823
6.3.3. Participação ampliada: interessados e <i>amicus curiae</i>	825

6.3.4.	Intervenção do Ministério Público.....	828
6.3.5.	Calendário processual (art. 191, CPC)	829
6.3.6.	Possibilidade de interposição de recurso pelo <i>amicus curiae</i>	831
6.3.7.	Eficácia da decisão para processos futuros.....	831
6.3.8.	Procedimento para revisão da tese jurídica (superação do precedente obrigatório formado de modo concentrado)	832
6.4.	Outras regras comuns às espécies de julgamento de casos repetitivos.....	835
6.4.1.	Seleção do caso representativo	835
6.4.2.	Identificação da questão a ser submetida a julgamento. O respeito à congruência.....	836
6.4.3.	Decisão	837
6.4.3.1.	Fundamentação. A relação com o art. 489, § 1º, CPC	837
6.4.3.2.	Elementos do acórdão do incidente de julgamento de casos repetitivos. Sumário dos argumentos examinados e núcleos decisórios	838
6.4.4.	Eficácia da decisão em relação a decisões já transitadas em julgado	841
6.4.5.	Prevenção do relator que primeiro tiver afetado (art. 1.037, § 3º, CPC)	842
6.4.6.	Instauração de mais de um procedimento para fixação de casos repetitivos. Litispendência e conexão entre os incidentes	843
6.4.7.	Prazo para julgamento – um ano (arts. 980 e 1.037, § 4º, CPC).....	845
6.4.8.	Prioridade de julgamento (arts. 980 e 1.037, § 4º, CPC) e exclusão da ordem cronológica de julgamento (art. 12, § 2º, III, CPC)	845
6.4.9.	Aplicação do regime de julgamento e gestão de casos repetitivos a qualquer processo, recurso ou incidente	845
7.	O incidente de resolução de demandas repetitivas	847
7.1.	Natureza jurídica	847
7.2.	Requisitos de admissibilidade.....	848
7.3.	Competência para admitir o IRDR. Irrecorribilidade da decisão que não admite o IRDR e possibilidade de repropositura do IRDR não admitido	851
7.4.	Sustentação oral no juízo de admissibilidade do IRDR.....	852
7.5.	Confronto entre o incidente de resolução de demandas repetitivas e o incidente de assunção de competência.....	853
7.6.	Fungibilidade entre incidente de resolução de demandas repetitivas e incidente de assunção de competência	854
7.7.	Uniformização de jurisprudência ainda pendente de julgamento após o início da vigência do CPC-2015.....	855
7.8.	Competência para o julgamento do IRDR. O IRDR, as causas de competência originária e os recursos ordinários no tribunal superior	856
7.9.	Legitimidade para instauração do IRDR	858
7.10.	Casos em que cabe o IRDR e momento de sua instauração	860
7.11.	Custas (art. 976, § 5º, CPC)	861
7.12.	Suspensão dos processos	862
7.12.1.	Generalidades.....	862

7.12.2.	Hipóteses excepcionais de não-suspensão	864
7.12.3.	Extensão da suspensão	866
7.12.4.	Suspensão nacional dos processos.....	866
7.12.5.	Início, duração e término do período de suspensão.....	869
7.12.6.	Tutela provisória no incidente: interpretação provisória, em vez de suspensão dos processos	870
7.13.	Procedimento e julgamento do IRDR	871
7.14.	A decisão de organização do incidente de resolução de demandas repetitivas e as suas funções.....	873
7.15.	Recursos no IRDR.....	875
7.16.	Ação rescisória	880
7.17.	IRDR e Juizados Especiais.....	880
7.17.1.	Eficácia da decisão do IRDR sobre os processos que tramitam nos Juizados Especiais.....	880
7.17.2.	IRDR no âmbito dos juizados e IRDR instaurado a partir dos juizados	883
8.	Recursos especiais ou extraordinários repetitivos.....	885
8.1.	Observação introdutória	885
8.2.	Técnica de gestão dos recursos repetitivos pelo presidente ou vice-presidente do tribunal de origem	885
8.3.	Legitimidade para provocar a instauração do incidente.....	889
8.4.	Questão de direito que pode ser objeto do incidente.....	890
8.5.	Poderes do relator	891
8.6.	Recursos especiais repetitivos e seu processamento no STJ: regulamentação em seu regimento interno.....	892
8.7.	Retratação do órgão recorrido em razão do julgamento do recurso extraordinário ou especial repetitivo.....	895
Capítulo 16 ► Incidente de assunção de competência		899
1.	Breve histórico legislativo.....	899
2.	Instrumento destinado a concretizar a tutela da segurança jurídica.....	902
3.	Competência e cabimento.....	903
4.	Objetivos.....	903
5.	Microsistema de formação concentrada de precedentes obrigatórios	904
5.1.	Generalidades	904
5.2.	Aplicação do núcleo desse microsistema	905
5.3.	Aplicação das normas relativas à formação do precedente	906
5.3.1.	Participação de <i>amici curiae</i>	906
5.3.2.	Audiências públicas	907
5.3.3.	Reforço do dever de motivar	907
5.3.4.	Intervenção do Ministério Público.....	908
5.3.5.	Publicidade	909
5.3.6.	Regras sobre superação	909

5.4. Incidência das normas relativas à aplicação do precedente	910
6. Pressupostos do incidente de assunção de competência	911
7. Legitimidade para provocar a instauração do incidente de assunção de competência ou para pedir a revisão da tese firmada em anterior incidente	913
8. Competência.....	915
9. Ordem cronológica para julgamento e aplicação ao incidente de assunção de competência.....	916
10. Recursos	917
11. Desistência ou abandono da causa. consequências no incidente de assunção de competência.....	918

Capítulo 17 ► **Incidente de arguição de inconstitucionalidade em tribunal** 921

1. A regra do <i>full bench</i>	921
2. Divisão da competência funcional	923
3. Natureza jurídica da decisão. incidente de formação concentrada de precedente obrigatório. apelo ao respectivo Microsistema	926
4. Intervenção do Ministério Público	927
5. decisão do incidente, coisa julgada e recurso	927
6. casos em que se dispensa a instauração do incidente.....	928
7. súmula vinculante do STF, n. 10	929
8. Regra do <i>full bench</i> e decisão fundada em cognição sumária.....	930
9. Regra do <i>full bench</i> e decisão proferida por turma recursal	930

CAPÍTULO 18 ► **Pedido de suspensão de segurança.....** 933

1. Previsão legal	933
2. Natureza jurídica do pedido de suspensão.....	937
3. Legitimidade para o ajuizamento do pedido de suspensão	939
4. Competência para o pedido de suspensão.....	941
5. Procedimento do pedido de suspensão.....	942
6. Duração da suspensão concedida.....	943
7. Do agravo interno contra a decisão do pedido de suspensão	945
8. Da renovação do pedido de suspensão para o Tribunal Superior	946
9. Da suspensão para várias decisões similares e do requerimento de aditamento.....	948
10. Da possibilidade de utilização concomitante de agravo de instrumento e de pedido de suspensão dos efeitos da decisão interlocutória.....	949
11. Do pedido de suspensão em Juizados Especiais Federais e em Juizados Especiais da Fazenda Pública.....	950

Bibliografia.....	953
--------------------------	------------